

# RELATÓRIO E CONTAS 2024



## Índice

RELATÓRIO E CONTAS 2024.....	1
1. Relatório de Gestão .....	3
1.1. Apreciação global da gestão.....	3
1.2. Análise Económico Financeira .....	5
1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício.....	6
1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais .....	7
1.5. Proposta de aplicação de resultados .....	7
1.6. Perspetivas futuras .....	7
1.7. Encerramento.....	8
2. Balanço .....	9
3. Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	10
4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	11
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
6. Identificação da Entidade.....	13
6.1. Órgãos Sociais .....	13
7. Anexo às Demonstrações Financeiras .....	14
7.1. Referencial Contabilístico .....	14
7.2. Principais Políticas Contabilísticas .....	15
7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	20
7.4. Outras Informações .....	21
7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26
8. Certificação Legal das Contas .....	28
9. Parecer do Fiscal Único .....	32
10. Ata do Conselho de Administração.....	33
11. Ata do Conselho Superior.....	34

## 1. Relatório de Gestão

Nos termos das disposições estatutárias, vem a Administração da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS** (doravante designada por Fundação) apresentar o Relatório de Gestão, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Fundação tem como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

### 1.1. Apreciação global da gestão

#### 1.1.1. Atividade da Fundação

O ano de 2024, apesar de todas as condicionantes conexas com a desaceleração da atividade económica que tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos, não foi impeditivo de que a Fundação Amadeu Dias prosseguisse as suas linhas de atuação, quer no que reporta à gestão e rentabilização dos seus ativos patrimoniais e financeiros, quer na vertente da prossecução dos seus fins estatutários, e sempre salvaguardando o seu património institucional.

Por despacho nº 2643/2023, de 12.01.2022, publicado no DR. II, nº 41, de 27.02.2023, proferido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi renovado o estatuto de utilidade pública da Fundação Amadeu Dias, por mais dez anos (2023 a 2032).

### 1.1.2. Recursos Humanos

No que se refere à evolução dos efetivos e tendo em conta as atividades mencionadas no parágrafo anterior, no ano de 2024 a Fundação não teve qualquer despesa com o pessoal o que toca à administração, cumprindo-se assim o disposto na alínea a) do artigo 10º da Lei-Quadro das Fundações.

Deu entrada de uma nova funcionária no ano de 2024.

Neste enquadramento estão criadas condições organizativas mínimas para o funcionamento no próximo ano 2024 no sentido do preconizado pelos instituidores.

### 1.1.3. Apoios concedidos

Decorrente da sua política de atuação, a aplicação de fundos nas atividades fundacionais da Fundação é efetuada de molde a permitir que os custos com recursos humanos e administrativos de gestão dos diversos programas apoiados sejam limitados ao mínimo, pelo que a fundação atua predominantemente com base em protocolos de colaboração com outras instituições.

Assim, para o ano de 2024, e na estrita observância dos protocolos de colaboração anteriormente firmados e em execução, foram concedidos ao abrigo da Lei do Mecenato, os seguintes donativos:

- a) à Universidade do Porto, a verba de €40.000,00 (quarenta mil euros), destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional e científico no âmbito do acordo de cooperação existente para o ano letivo de 2024/2025.
- b) à SPECO- Sociedade Portuguesa de Ecologia, a verba de €6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional e científico no âmbito do acordo de cooperação existente, verba atribuída para o ano de 2024.
- c) à Ciimar – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, a verba de €30.500,00 (trinta mil e quinhentos euros) no âmbito do acordo de cooperação

existente, nos projetos “BYT – Blue Young Talent” e BYT “Blue Young Talent Plus” para o ano letivo de 2024/2025.

#### 1.1.4. Meios Financeiros

No decurso do exercício de 2024 os meios financeiros foram rentabilizados no sistema financeiro de forma adequada e prudente.

### 1.2. Análise Económico Financeira

Os principais indicadores económicos e financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentam-se como segue:

#### Evolução dos Rendimentos

(valores em euros)

	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Rendas	224 320	217 590	6 730	3%
Juros Obtidos	287 022	119 804	167 218	140%
Correções relativas a per ant	0	0	0	0%
Imputação de Subsídios	30 596	30 596	0	0%
Outros ganhos	0	2 200	-2 200	-100%
<b>TOTAL</b>	<b>541 937</b>	<b>370 190</b>		

#### 1.2.1. Evolução dos Gastos

(valores em euros)

Descrição	2024	2023	Var. %
Fornecimentos e Ser. Externos	99 278	105 432	-5,84%
IUC	186	180	-
IMI	11 059	10 759	2,79%
Perdas em instrumentos financeiros	46 938	16 384	186,49%
Adicional ao IMI	595	558	6,75%
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0	-
Outros	0	4	-100,00%
Donativos	77 000	78 500	-1,91%
<b>Total</b>	<b>235 056</b>	<b>211 817</b>	

### 1.2.2. Resultados

	2024	2023	Variação	
			Valor	%
EBITDA	10 167	38 569	-28 402	-74%
EBIT	-73 823	-40 227	-33 596	84%
Resultado antes de impostos	213 199	79 577	133 622	168%
Resultado Líquido	213 199	79 577	133 622	168%

### 1.2.3. Estrutura Financeira

Rátios Financeiros	2024	2023
AUTONOMIA FINANCEIRA	99,74%	99,30%

O total dos Fundos Patrimoniais ascenderam a 14.615.082 €.

### 1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício

No exercício de 2024 foram investidas as seguintes verbas:

- 44.498,64 € Referentes a obras

#### 1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2024 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução da atividade da Fundação.

#### 1.5. Proposta de aplicação de resultados

Assim nos termos legais e estatutários a Administração da Fundação propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido do exercício no montante de 213.199 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

#### 1.6. Perspetivas futuras

Para 2024, em função da conjuntura da economia nacional e internacional, perspetiva-se dar continuidade ao modelo sustentado de gestão da fundação, quer através da rentabilização dos seus ativos patrimoniais e/ou financeiros, quer através da procura de novas oportunidades de investimento seguro e prudente, não antecipando o Conselho de Administração impactos negativos significativos que possam pôr em causa a continuidade das operações da fundação nos próximos doze meses.

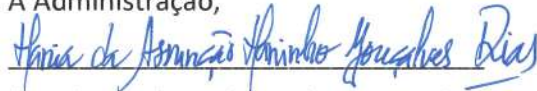
### 1.7. Encerramento

O Conselho de Administração agradece a confiança depositada às Entidades instituidoras, que constitui importante incentivo para o exercício da atividade que nos está cometida.

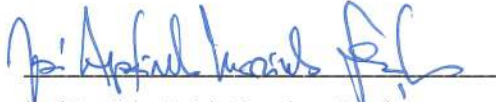
A todos os colaboradores e parceiros que contribuíram para o desempenho da Fundação, com o seu profissionalismo e dedicação a Administração expressa o seu agradecimento.

Alfragide, 12 de fevereiro de 2025

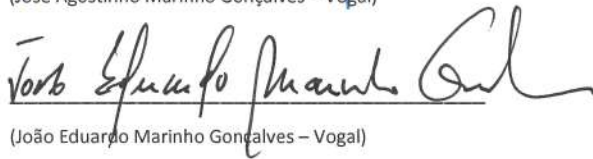
A Administração,



(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)



(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)



(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)

## 2. Balanço

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7.4.1	3 803 979	3 843 471
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		3 803 979	3 843 471
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Créditos a receber	7.4.2	142 158	48 722
Estado e outros entes públicos		7 604	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	7.4.3	38 850	37 196
Outros ativos correntes	7.4.4	1 061 040	842 343
Caixa e depósitos bancários	7.4.5	9 599 251	9 762 110
		10 848 903	10 690 371
		14 652 882	14 533 842
<b>Total do ativo</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	7.4.6	5 000 000	5 000 000
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	7.4.6	7 668 130	7 588 552
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	7.4.6	1 733 754	1 764 350
		14 401 884	14 352 902
Resultado líquido do período	7.4.6	213 199	79 577
<b>Total do fundo de capital</b>		14 615 082	14 432 479
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0	0
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	7.4.7	2 540	1 844
Estado e outros entes públicos	7.4.8	410	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	7.4.3	20 960	17 865
Outros passivos correntes	7.4.9	13 890	81 653
		37 800	101 362
<b>Total do passivo</b>		37 800	101 362
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		14 652 882	14 533 842

### 3. Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	7.4.10	-99 278	-105 432
Gastos com o pessoal	7.4.11	-9 693	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	7.4.12	254 916	250 385
Outros gastos	7.4.13	-135 778	-106 384
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>10 167</b>	<b>38 569</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.4.1	-83 990	-78 796
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-73 823</b>	<b>-40 227</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	7.4.14	287 022	119 804
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>213 199</b>	<b>79 577</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>213 199</b>	<b>79 577</b>

#### 4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2023	1	5 000 000			7 642 833		1 794 945	-54 281	14 383 497		14 383 497
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-54 281		-30 595	54 281			
	2				-54 281		-30 595	0	-30 595		-30 595
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3							79 577	79 577		79 577
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3							79 577	79 577		79 577
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	5										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2023	6=1+2+3+5	7.4.7	5 000 000			7 588 552		1 764 350	79 577	14 432 480	14 432 480

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2024	1	5 000 000			7 588 552		1 764 350	79 577	14 432 480		14 432 480
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					79 577		-30 596	-79 577			
	2				79 577		-30 596	0	-30 596		-30 596
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3							213 199	213 199		213 199
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3							213 199	213 199		213 199
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	5										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2024	6=1+2+3+5	7.4.7	5 000 000			7 668 130		1 733 754	213 199	14 615 083	14 615 082

## 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-101 935	-104 650
Pagamentos ao pessoal		-5 514	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-107 449</b>	<b>-104 650</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 693 380	2 693 380
Outros recebimentos/pagamentos			
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>2 585 931</b>	<b>2 588 730</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-42 859	-21 370
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-365 634	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		183 982	73 078
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-224 511</b>	<b>51 708</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>2 361 420</b>	<b>2 640 438</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	7.4.5	<b>9 762 110</b>	<b>7 121 672</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	7.4.5	<b>9 599 251</b>	<b>9 762 110</b>

## 6. Identificação da Entidade

### 6.1. Órgãos Sociais

#### 6.1.1. Conselho Superior

**Presidente:** João Carlos da Costa Ferreira da Silva

**Membro:** Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

**Membro:** Sérgio Francisco

**Membro:** Válder Henrique Machado Malaquias

**Membro:** Pedro Miguel de Medeiros Cabral

**Membro:** José Agostinho Marinho Gonçalves

**Membro:** João Eduardo Marinho Gonçalves

#### 6.1.2. Conselho de Administração

**Presidente:** Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

**Vogal:** José Agostinho Marinho Gonçalves

**Vogal:** João Eduardo Marinho Gonçalves

#### 6.1.3. Comissão Executiva

**Presidente:** Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

**Vogal:** José Agostinho Marinho Gonçalves

**Vogal:** João Eduardo Marinho Gonçalves

A “Fundação Amadeu Dias” (doravante designada por Fundação) foi instruída por escritura pública de 26 de dezembro de 2002 e reconhecida por Portaria n.º 1333/2004, 2ª série, publicada no Diário da República n.º 299, de 23 de dezembro de 2004, conforme referido na alteração aos Estatutos da Fundação de 13 de fevereiro de 2013, com sede na Avenida da Quinta Grande, n.º 95, Alfragide - 2610-284 Amadora.

A Fundação tem em como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

Por despacho nº 2643/2023, de 12.01.2022, publicado no DR. II, nº 41, de 27.02.2023, proferido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi renovado o estatuto de utilidade pública da Fundação Amadeu Dias, por mais dez anos (2023 a 2032).

## 7. Anexo às Demonstrações Financeiras

### 7.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho (Normas interpretativas 1 e 2).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Fundação, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

Em 2012, a Fundação integrou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo tal como a sua terminologia. Em 2016 foram introduzidas as alterações preconizadas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e, uma vez mais, adotada a nova terminologia e restantes alterações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Fundação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

## **7.2. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **7.2.1. Bases de Apresentação**

#### **7.2.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **7.2.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outros ativos e passivos correntes” e “Diferimentos”.

#### **7.2.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **7.2.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **7.2.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **7.2.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 7.2.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 7.2.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição adotou-se o critério de mensuração pelo método do custo previsto no parágrafo 7.10 do NCRF-ESNL.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas

Ativos Tangíveis	Vida Estimada
Edifícios e Outras Construções	12 a 50
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	4
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 10

### 7.2.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Cientes e outros créditos a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável.

As referidas perdas são registadas na conta de resultados do exercício em que se verificarem.

#### Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” inclui os instrumentos financeiros de curto prazo que se encontram valorizados ao justo valor.

#### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

##### **7.2.2.3. Custo de Empréstimos obtidos**

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

#### 7.2.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Resultados transitados; e
- Subsídios, doações (de imóveis, etc.) e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### 7.2.2.5. Rédito e Outros Rendimentos

Os rendimentos e ganhos relativos a vendas, rendas, imputação e subsídios, juros e outras situações decorrentes da atividade ordinária da Fundação são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efetiva da operação.

#### 7.2.2.6. Imposto sobre o rendimento do período

Foi requerido pela Fundação em 27 de dezembro de 2013 o reconhecimento do benefício da isenção de IRC para o exercício de 2013 e seguintes, nos termos do disposto no nº2 do artigo 10º do Código do IRC, tendo sido notificada da sua isenção através de despacho de deferimento nº 17816 de 17 de dezembro de 2014.



#### **7.2.2.7. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **7.2.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

#### **7.2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 7.4. Outras Informações

### 7.4.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	SALDO FINAL ANO 2023	ANO 2024		
		CONTABILIDADE	RECLASSIF.	SALDO FINAL
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>4 587 106,45 €</b>	<b>4 631 605,09 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4 631 605,09 €</b>
- TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00 €	0,00 €		0,00 €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	4 531 185,47 €	4 552 710,47 €		4 552 710,47 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	0,00 €	0,00 €		0,00 €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	40 314,57 €	40 314,57 €		40 314,57 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 483,72 €	22 165,29 €		22 165,29 €
- ATIVOS BIOLÓGICOS	0,00 €	0,00 €		0,00 €
- OUTRAS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	10 122,69 €	16 414,76 €		16 414,76 €
- INVESTIMENTOS EM CURSO	0,00 €	0,00 €		0,00 €
<b>DEPRECIÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>743 635,59 €</b>	<b>827 625,85 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>827 625,85 €</b>
- TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00 €	0,00 €		0,00 €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	702 589,28 €	775 545,12 €		775 545,12 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	0,00 €	0,00 €		0,00 €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	32 251,64 €	40 314,57 €		40 314,57 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	2 325,08 €	4 845,71 €		4 845,71 €
- ATIVOS BIOLÓGICOS	0,00 €	0,00 €		0,00 €
- OUTRAS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	6 469,59 €	6 920,45 €		6 920,45 €
<b>TOTAL LIQUIDO</b>	<b>3 843 470,86 €</b>	<b>3 803 979,24 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 803 979,24 €</b>

### 7.4.2. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Créditos a receber” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores diversos	-	2.000 €
Juros a receber	142.158 €	46.722 €
<b>Total</b>	<b>142.158 €</b>	<b>48.722 €</b>

#### 7.4.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outros Custos Diferidos	38.850 €	37.196 €
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>	-	-
Juros a receber		
<b>Total</b>	<b>38.850 €</b>	<b>37.196 €</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Rendas de Imóveis	20.960 €	17.865 €
Subsídios	-	-
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	-	-
Outros acréscimos de gastos	-	-
<b>Total</b>	<b>20.960 €</b>	<b>17.865 €</b>

#### 7.4.4. Outros ativos correntes

A rubrica de “Outros ativos correntes”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Instrumentos financeiros	1.061.040 €	842.343 €
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>1.061.040 €</b>	<b>842.343 €</b>

Esta rubrica contém ativos cuja variação do justo valor é mensurada através de contrapartida de resultados.

#### 7.4.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	263.251,29 €	2.908.593 €
Depósitos a prazo	9.336.000 €	6.853.517 €
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>9.599.251 €</b>	<b>9.762.110 €</b>

#### 7.4.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	5.000.000 €	-	-	5.000.000 €
Resultados Transitados	7.588.552 €	79.577 €	-	7.668.130 €
Ajustamentos/Outras variações nos fundos (Doações)	1.764.350 €		30.596€	1.733.754 €
Resultado Líquido do Período	79.577 €	213.199 €		213.199 €
<b>Total</b>	<b>14.432.479 €</b>	<b>292.776 €</b>	<b>30.596€</b>	<b>14.652.882 €</b>

#### 7.4.7. Fornecedores

Os “Fornecedores” a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	2.540 €	1.844 €
Adiantamentos de fornecedores	-	-
<b>Total</b>	<b>2.540 €</b>	<b>1.844 €</b>

#### 7.4.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Contribuições Segurança Social	410 €	-
<b>Total</b>	<b>410 €</b>	<b>-</b>

#### 7.4.9. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Acréscimos de gastos	11.738 €	10.867 €
Benefícios Pós-emprego	2.128 €	-
Credores diversos	24 €	70.486 €
<b>Total</b>	<b>13.890 €</b>	<b>81.653 €</b>

#### 7.4.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Trabalhos Especializados	40.541 €	18.821 €
Publicidade e propaganda	207 €	207 €
Honorários	4.440 €	28.136 €
Comissões	-	-
Materiais	15.455 €	19.019 €
Serviços Bancários	578 €	470 €
Deslocações e estadas	448 €	530 €
Eletricidade	10.004 €	6.304 €
Água	2.426 €	2.387 €
Seguros	3.684 €	5.789 €
Combustíveis	1.970 €	2.993 €
Rendas e alugueres	5.816 €	2.674 €
Contencioso e notariado	-	40 €
Limpeza, higiene e conforto	891 €	215 €
Gás	882 €	-
Comunicação	1.750,33 €	2.137 €
Outros serviços	4.164 €	8.023 €
Conservação e reparação	6.023 €	7.687 €
<b>Total</b>	<b>99.278 €</b>	<b>105.432 €</b>

#### 7.4.11. Benefícios dos empregados

A rubrica de “Gastos com o pessoal”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Remuneração do pessoal	7.629,75 €	-
Encargos sobre remunerações	1.566,30 €	-
Seguros de acidentes de trabalho	264,23 €	-
Outros gastos com o pessoal	232,60 €	-
<b>Total</b>	<b>9.692,88 €</b>	<b>0,00 €</b>

Os Órgãos Sociais da Fundação não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos, cumprindo-se deste modo o limite de despesas próprias previsto na Lei-Quadro, no que respeita a despesas com pessoal e administração.

#### 7.4.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Alienações		
Rendas	224.320 €	217.590 €
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Imputação de Subsídios	30.596 €	30.596 €
Outros	-	2.200 €
<b>Total</b>	<b>254.916 €</b>	<b>250.385 €</b>

#### 7.4.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	11.059 €	10.759 €
Adicional ao IMI	595 €	558 €
Impostos Indiretos	186 €	180 €
Perdas em instrumentos financeiros	46.938 €	16.384 €
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-
Outros não especificados	-	4 €
Donativos	77.000 €	78.500 €
<b>Total</b>	<b>135.778 €</b>	<b>106.385 €</b>

#### 7.4.14. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Depósitos a prazo	275.565 €	110.378 €
Outras aplicações	11.457 €	9.427 €
<b>Total</b>	<b>287.022 €</b>	<b>119.804 €</b>

#### 7.4.15. Acontecimentos após data de Balanço

##### 7.4.15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data de Balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A administração entende revelar que não dispõe de informação suficiente e quantificável que possa servir de análise ao impacto da pandemia na Fundação face à grande incerteza latente no contexto económico nacional e internacional.

##### 7.4.15.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas referentes a 2024 ascendem a 10.585 € acrescidos de IVA à taxa em vigor.

#### 7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- a) A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- b) Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da sociedade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- c) Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- d) Não existiram negócios entre a Administração e a Fundação no decurso do exercício de 2024.
- e) Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2024 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos

materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

- f) A Fundação não tem sucursais.

Alfragide, 12 de fevereiro de 2025

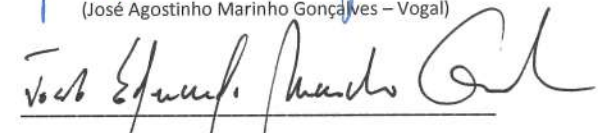
O Contabilista Certificado:

  
\_\_\_\_\_  
(José Maria dos Santos Mestre)

A Administração:

  
\_\_\_\_\_  
(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)

  
\_\_\_\_\_  
(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)

  
\_\_\_\_\_  
(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)

*A. Dias*  
*[Handwritten signature]*

## 8. Certificação Legal das Contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “**Fundação Amadeu Dias**” (**A Entidade**), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024 (que evidencia um total de 14.652.882 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.615.082 euros, incluindo um resultado líquido de 213.199 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da “**Fundação Amadeu Dias**” (**A Entidade**) em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reserva

1. Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis no montante de 3.803.979 euros, a Entidade não dispõe de avaliação efetuada por peritos credenciados atualizada, que permita aferir sobre o justo valor na data de relato e eventuais perdas por imparidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que

respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 25 de fevereiro de 2025

Assinado por: **Paulo Jorge Seabra dos Anjos**

Num. de Identificação: 10857602

Data: 2025.02.25 13:16:33+00'00'

---

**Anjos & Associados – SROC, Lda**  
**Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos**  
ROC n.º 1520, inscrito na CMVM sob o n.º 20161130



## 9. Parecer do Fiscal Único

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**  
**EXERCÍCIO DE 2024**

**Exmos. Senhores,**

- 1 - Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido, o Revisor Oficial de Contas da “**Fundação Amadeu dias**” (**A Entidade**), submete à apreciação o seu parecer referente ao Relatório de Gestão, ao Balanço, à Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e respetivo anexo, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2024.
  
- 2 - Acompanhamos a gestão global da Entidade e verificamos o adequado suporte, sob a forma de registos específicos, das Demonstrações Financeiras, tendo emitido a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual deve ser considerada como parte integrante deste relatório.
  
- 3 - No âmbito das nossas funções verificamos que:
  - a) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o respetivo Anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
  - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
  - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da atividade da Entidade, evidenciando os aspetos mais significativos.
  
- 4 - Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que sejam aprovados:
  - a) O Relatório de Gestão;
  - b) As Demonstrações Financeiras;
  - c) A proposta de aplicação dos resultados

Porto, 25 de fevereiro de 2025

Assinado por: **Paulo Jorge Seabra dos Anjos**  
Num. de Identificação: 10857602  
Data: 2025.02.25 13:15:44+00'00'

---

**Anjos & Associados – SROC, Lda**  
**Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos**  
ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130



## 10. Ata do Conselho de Administração

**ACTA NÚMERO SESENTA E TRÊS**

Folha 52

---Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete horas, reuniu-se o Conselho de Administração da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS**, com sede na Avenida da Quinta Grande, número noventa e cinco, em Alfragide, Amadora, pessoa colectiva número cinco, zero, seis, quatro, quatro, zero, zero, sete, nove, estando presentes os Administradores, Maria da Assunção Dias, João Eduardo Marinho Gonçalves e José Agostinho Marinho Gonçalves, tendo sido presidida pela Presidente Senhora D. Maria da Assunção Dias, com os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos: -----

**---Ponto Único – Deliberar sobre a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas da Fundação, e inerente proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e quatro, a submeter à aprovação do Conselho Superior. -----**

--- Entrando-se no Ponto Único da Ordem de Trabalhos, foi presente à reunião o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e quatro, documentos estes que são do inteiro conhecimento dos Administradores presentes. Após a devida troca de impressões, o Conselho de Administração deliberou aprovar, por unanimidade, tais documentos, bem como a proposta de aplicação de resultados neles incluída, para sujeição a aprovação na próxima reunião do Conselho Superior. -----

----E nada mais havendo a deliberar foi pelo Presidente do Conselho de Administração, dada esta reunião por encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida e explicada aos presentes, foi pelos mesmos aprovada, e por eles vai ser assinada em sinal de conformidade. -----

Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias  
João Eduardo Marinho Gonçalves  
José Agostinho Marinho Gonçalves

A. Dias  
D  
F  
S

## 11. Ata do Conselho Superior

## ACTA NÚMERO QUARENTA E QUATRO

-----Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas onze horas, reuniu-se o Conselho Superior da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS**, com sede na Avenida da Quinta Grande, número noventa e cinco, em Alfragide, Amadora, pessoa coletiva número cinco, zero, seis, quatro, quatro, zero, zero, sete, nove, estando presentes os Membros que abaixo vão assinar, tendo sido presidido pelo Presidente Senhor Dr. João Carlos da Costa Ferreira da Silva, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**Ponto Um – Recondução dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio 2025-2028.** -----

**Ponto Dois: Proceder à nomeação dos membros da Comissão Executiva para o quadriénio 2025-2028.**-----

**Ponto Três: Proceder à designação do Fiscal Único para o quadriénio 2025 - 2028.**-----

**Ponto Quatro: Deliberar sobre a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas da Fundação, e inerente proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.**-----

Entrou-se de imediato no Ponto Um da ordem de trabalhos, tendo o Conselho Superior deliberado por unanimidade reconduzir os atuais membros do Conselho de Administração para desempenhar funções no quadriénio 2025 - 2028.-----

Assim sendo, o **Conselho de Administração** para o mandato que decorrerá entre 2025 e 2028 inclusive, terá a seguinte composição:-----

**Presidente do Conselho de Administração: Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias**, viúva , residente na Avenida da Quinta Grande, número 95,C, 2610-284 Amadora, titular do Cartão de Cidadão número 03581303 2 ZY2, válido até 13/04/202, e com o número de identificação fiscal 111.694.086 .-----

**Vogal do Conselho de Administração: José Agostinho Marinho Gonçalves**, solteiro, residente na Rua dos Marmeleiros, número 226, 1º A, Bloco C, 2750-762 Cascais, titular do Cartão de Cidadão número 07776483 8 ZX5, válido até 02/04/2029, e com o número de identificação fiscal 190.725.923.-----

**Vogal do Conselho de Administração: João Eduardo Marinho Gonçalves**, divorciado, residente na Praceta das Flores, número 5, 2º Esq., 2610-074

Amadora, titular do Cartão de Cidadão número 06968722 6 ZZ0, válido até 25/10/2027, e com o número de identificação fiscal 185.179.665.-----

Passou-se de seguida para o Ponto Dois da ordem de trabalhos tendo o Conselho Superior deliberado por unanimidade, pela manutenção da atual composição da Comissão Executiva, através da renomeação dos seus membros para o desempenho de funções no quadriénio 2025-2028.-----

Assim sendo, a **Comissão Executiva** para o mandato que decorrerá entre 2025 e 2028 inclusive, terá a seguinte composição: -----

**Presidente da Comissão Executiva: Maria da Assunção Marinho Gonçalves**

**Dias**, , viúva , residente na Avenida da Quinta Grande, número 95,C, 2610-284 Amadora, titular do Cartão de Cidadão número 03581303 2 ZY2, válido até 13/04/202, e com o número de identificação fiscal 111.694.086.-----

**Vogal da Comissão Executiva: José Agostinho Marinho Gonçalves**, solteiro,

residente na Rua dos Marmeleiros, número 226, 1º A, Bloco C, 2750-762 Cascais, titular do Cartão de Cidadão número 07776483 8 ZX5, válido até 02/04/2029, e com o número de identificação fiscal 190.725.923.-----

**Vogal da Comissão Executiva: João Eduardo Marinho Gonçalves**,

divorciado, residente na Praceta das Flores, número 5, 2º Esq., 2610-074 Amadora, titular do Cartão de Cidadão número 06968722 6 ZZ0, válido até 25/10/2027, e com o número de identificação fiscal 185.179.665.-----

Na sequência da eleição acabada de deliberar, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva eleitos, que também se encontravam presentes nesta sessão, declararam aceitar os respetivos mandatos, pelo que de imediato tomam posse dos cargos, o que se consigna através da sua assinatura da presente acta.-----

Entrou-se de seguida, no Ponto Três da Ordem de Trabalhos, tendo sido constatada a necessidade de nomear o Fiscal Único da Fundação e o respetivo Fiscal Suplente para o mandato de 2025 a 2028. O Presidente do Conselho Superior apresentou a proposta de nomeação do Fiscal Único e do Fiscal Único Suplente para o mandato que decorrerá entre 2025 e 2028, inclusive:-----

**Fiscal Único: Anjos & Associados, SROC, Lda.**, inscrita na Ordem de Revisores Oficiais de Contas sob o número 112, com o número de registo na

CMVM 20161431, registada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 502.976.357, com sede no Edifício Botânico, Rua dos Campo Alegre, número 1306, 2º andar, escritório 207, 4150-174 Porto, e a representação orgânica do sócio, **Paulo Jorge Seabra dos Anjos**, Revisor Oficial de Contas com o número 1520, número de registo na CMVM 20161130, casado em regime de separação de bens com Daniela Cristina Rosas Marques, residente na Rua Direita do Viso, número 23, 4250-198 Porto, freguesia de Ramalde, Concelho do Porto, titular do Cartão de Cidadão 1057602 7 ZX6, válido até 12/09/2028, e com o número de identificação fiscal 202.189.805.-----

**Fiscal Único Suplente: Jónatas de Jesus Margarida**, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de contas sob o número 1037, com o número de registo na CMVM 20160651, casado com Leonor João Barros Margarida, em regime de separação de bens, natural da freguesia de Gulpilhares (extinta), concelho de Vila Nova de Gaia, residente em Vereda Irmã Maria Emília Diniz, número 60, moradia 18, Oliveira do Douro, 440-11 Vila Nova de Gaia, titular do Cartão de Cidadão com o número 09541372 3 ZW8, válido até 03/08/2031, e com o número de identificação fiscal 202.453.979.-----

Entrou-se, por fim, no Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, tendo sido presente ao Conselho Superior pela Senhora D. Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias, Presidente do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão e as Contas da Fundação, aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais apresentam um resultado líquido positivo de €213.199,00 ( duzentos e treze mil e cento e noventa e nove euros), a transferir para a rubrica de resultados transitados. O Conselho desenvolveu detalhada discussão sobre os documentos apresentados, bem como sobre a atividade desenvolvida pela Fundação durante o ano em análise. Posto à votação, foi o Relatório de Gestão e as Contas do ano de 2024 aprovado por unanimidade, bem como a inerente proposta de aplicação de resultados. -----

E nada mais havendo a deliberar, foi pelo Presidente do Conselho Superior esta reunião dada por encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e

explicada, vai ser assinada por todos os membros presentes, em sinal de conformidade e aprovação.

*[Handwritten signature]*  
Pátria da Associação Amadeu Dias  
João António Machado  
José Eduardo Machado  
*[Handwritten signature]*